

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DE REPRESENTANTES DO SINDIJUS/MS - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, às 09 h, na sede da entidade, sito na Rua 24 de Outubro, n. 514, Vila Glória. Comarcas presentes: **DOURADOS, MARACAJU, CAARAPÓ, BATAYPORÃ, DEODÁPOLIS, PARANAÍBA, CHAPADÃO DO SUL, AMAMBAÍ, IVINHEMA, GLÓRIA DE DOURADOS, BELA VISTA, IVINHEMA, PEDRO GOMES, RIO NEGRO, TRÊS LAGOAS, NAVIRAI, CASSILÂNDIA, COSTA RICA, BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, APARECIDA DO TABOADO, ITAPORÃ, RIO BRILHANTE, CAMPO GRANDE, NOVA ANDRADINA, ÁGUA CLARA, RIO VERDE, RIBAS DO RIO PARDO, CORUMBÁ, MARACAJU, (30 COMARCAS)**, com a seguinte pauta: I - CPMF: Inocência - Banco Bradesco; II - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - III - PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA O DR. JORGE BATISTA DA ROCHA - contra proposta àquela feita pela categoria de pagar os R\$-50,00 no final quando receber o dinheiro da execução de sentença; IV- FUNDO INSTITUCIONAL SINDICAL (FIS)- semelhante ao antigo fundo de greve; V- JORNADA DE TRABALHO DE (08) HORAS; VI- PLANILHA DE CUSTOS DE DESLOCAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS EM REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES; VII- PARTICIPAÇÃO DO ATHAYDE; VIII- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE; IX- ASSUNTOS GERAIS: INFORME FENAJUD; ESTATUTO DA ENTIDADE e pedido da comarca de Maracaju; ALOJAMENTO; UNISAÚDE (INOCÊNCIA); OFICIAIS DE JUSTIÇA; SALA DA SECRETÁRIA DO CONSELHO GERAL; TICKET ALIMENTAÇÃO; REFORMA SINDICAL; Aberta a reunião, presidida pelo sr. Clodoir, que desculpou-se pela sua ausência na reunião passada, por problemas de saúde. Esclareceu que responde pela Justiça Eleitoral em Glória de Dourados, e que por causa das eleições, pelo afastamento na presidência da mesa, pelas duas próximas reuniões (agosto e setembro), retornado à mesa na reunião de outubro, passando a presidir a mesma na sua ausência a vice presidete - Rosemary Marques. Na votação de pauta, decidiu-se por discutir os assuntos deliberativos primeiro, invertendo-se a pauta então para discutir os itens III, IV e VI, seguindo-se os demais em ordem. III - PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA O DR. JORGE BATISTA DA ROCHA - contra proposta àquela feita pela categoria de pagar os R\$-50,00 no final quando receber o dinheiro da execução de sentença; Dr. Jorge respondeu que não tem condições de esperar que o pagamento seja feito no

final, pois teve custos para impetrar a ação. Alziro informa que Dr. Jorge, trabalhou aproximadamente 48 meses desde a propositura da ação até o seu julgamento. Calculando ao relação custo-benefício, deveríamos pagar três mil Reais e não o cinquenta que relutamos pagar. É questão de respeito ao profissional. Noestor endossa os comentários anteriores, lembrando o compromisso que assumimos, de pagar os R\$50,00. Ivan de Navirai, é a favor de que o pagamento ficasse para o final, e se o dr. Jorge não aceitasse, que os filiados fiquem liberados a entrar com a execução de sentença com outro advogado. Clodoir diz que tem muitos advogados que estão esperando para pegar o bonde andando, depois que dr. Jorge já fez a ação e teve ganho de causa. Clodoir esclareceu que no final da execução de sentença, ficou acertado que os filiados pagarão 4% (quatro) por cento de honorários e os não filiados pagarão 5% (cinco) por cento. Conceição de Maracaju diz que estamos perdendo tempo com picuinhas e que deveremos pagar os r\$-50,00. Jordani de Três lagoas diz que é a favor do pagamento imediato e que o sindicato faça um informativo detalhado sobre a referida ação com todos os trâmites por qual ela passou. Maristela diz que não é contra o pagamento, mas que deve ficar bem claro que o final da execução de sentença, deveremos pagar os honorários num montante de 4% para filiados e 5% para não filiados. Sali pede que conste em ata uma nota de repúdio à decisão da comarca de Navirai, pois temos que ter o conhecimento de que o profissional que nos beneficiou, e que temos que reconhecer o seu trabalho e dedicação às causas do sindicato. José Milton de Deodópolis, diz que o profissional fica desgastado por tal polêmica sobre o pagamento do advogado. Edir diz que dica difícil diferenciar os filiados e não filiados. Que as ações que tem o sindicato como substituto processual, defende a categoria e não só os filiados. Ficou aprovado por unanimidade que o pagamento será feito em duas vezes de R\$-25,00, com desconto em folha, sobre o pagamento do mês de agosto e setembro. Edir vai tentar no TJ o desconto em folha, se não der, as delegacias sindicais serão comunicadas para que recebam os filiados e repassem direito ao advogado.

IV- FUNDO INSTITUCIONAL SINDICAL (FIS)- semelhante ao antigo fundo de greve; Edir explicou que foi enviado para as comarcas as minutas e se alguém tem destaque. Maristela e Sali, levantaram destaques no inciso XII do artigo 4º "inciso XII- que os impressos mencionados neste inciso seja exclusivamente ao movimento que a categoria estiver fazendo no momento, excluindo-se qualquer outro material do cotidiano do sindicato. artigo 7º - que seja acrescentado um parágrafo único - . Noestor considera necessária somente a inclusão do artigo 4, do inciso VI- promover congressos, encontros, conferências, cursos, seminários e outras reuniões culturais que visem o aperfeiçoamento, atualização e integração da categoria do judiciário

dentro da comunidade, assim como eventos sindicais e outros fóruns, para aumentar o nível de organização e conscientização da categoria. artigo 10- acrescer parágrafo 1º - os valores a cima de 5 salários mínimos deverão passar pelo crivo do conselho Geral de Representantes; parágrafo 2º - trimestralmente seja levado á apreciação do Conselho Geral, a utilização e despesas do FIS. Jordani de Três Lagoas levanta uma questão de ordem dizendo que o que nos falta é coragem para admitir que o sindicato precisa de mais dinheiro e que tudo o que reza na minuta está incluso no nosso Estatuto. Sali levanta a questão de que o nosso Estatuto não está adequado conforme foi levado a votação pela categoria. Edir explica que a comissão foi formada mas reuniu-se apenas uma vez e não mais se falou sobre o assunto. E que deve ser feito um estudo para a reformulação do Estatuto. Noestor considera necessária somente a inclusão do artigo 4, do inciso VI- promover congressos, encontros, conferências, cursos, seminários e outras reuniões culturais que visem o aperfeiçoamento, atualização e integração da categoria do judiciário dentro da comunidade, assim como eventos sindicais e outros fóruns, para aumentar o nível de organização e conscientização da categoria. No artigo 8 que seja conta poupança. Artigo 5 - que a proporção seja 01 da diretoria e 04 da base. Maristela esclareceu a situação do Estatuto, dizendo que as Delegacias Sindicais forma extintas no Estatuto e que a Direção Geral não admitia outro direcionamento. Clodoir diz que criou-se um impasse no que se refere a vinculação ao Estatuto do Sindicato ou a aprovação de novo estatuto para gerenciamento do FIS. Maristela esclarece que o FIS, com o percentual de 5% já foi aprovado em reunião anterior, ficando de ser decidido, nesta, somente a forma de gerenciamento. A discussão do Estatuto passou a ser prioridade sobre o FIS. Disse o Edir que para fins de tirar a CNPJ. como Sindicato, estaríamos criando sindicatos individuais em cada Comarca. Há dúvidas sobre as responsabilidades (de que serão), pois todos seriam autônomos. É complicado para as direções sindicais do ponto de vista da responsabilidade administrativa. Noestor sugere que se mantenha no anteprojeto do Estatuto do FIS, até que se resolva o problema do Estatuto da Entidade, o que com ele não for conflitante. Alegando que todos os demais itens do artigo 4º do anteprojeto, viabilizam a atual administração, utilizar-se, exclusivamente da verba do Fundo para todas as atividades administrativas. Maristela levanta a questão de ordem de que não constou, por seu esquecimento, na ultima ata que o conselho geral aprovou a criação do fundo, e que o índice e gerenciamento seria aprovado nesta reunião que ora está em andamento, o que foi referendado por todos. Diante de todos os impasses criados, Jordani de Três Lagoas pediu a suspensão da aprovação de regimento interno para posterior discussão. **COLOCADO EM VOTAÇÃO. Aprovou-**

Quicido

NAIAD

se por maioria o índice de 5 (cinco) por cento. **Artigo 5 - proposta de da comissão.** Edir retirou a proposta ficando aprovado por maioria 01 diretor da executiva e 04 membros da base. Apresentou-se para candidatos; Alcirio por Campo Grande, Wilson Junior por Dourados, Clodoir - Glória de Dourados; Ivan de Navirai; Mark de Corumbá, Rosemary de Campo Grande. Mark de Corumbá e Rosemary abriram mão para ficar como suplente. e a Comissão foi assim formada: Edir pela Diretoria Executiva; Clodoir, Wilson Junior, Alcirio e Ivan. Aprovado por maioria com duas abstenções. Artigo 4º - Constitui-se finalidade do fundo: . Noestor considera necessária somente a inclusão do artigo 4, do inciso VI- promover congressos, encontros, conferências, cursos, seminários e outras reuniões culturais que visem o aperfeiçoamento, atualização e integração da categoria do judiciário dentro da comunidade, assim como eventos sindicais e outros fóruns, para aumentar o nível de organização e conscientização da categoria, mediante aprovação em conselho Geral. proposta aprovada por maioria e duas abstenções. Artigo 7 - permanece o caput - acrescentar parágrafo único - as informações sobre as verbas arrecadadas serão repassadas mensalmente às comarcas, via boletim. Artigo 8 Substitui-se a conta corrente por conta poupança. Artigo 10º - permanece o caput e acrescenta o parágrafo único - ao conselho geral de representantes serão prestadas contas da utilização do FIS, detalhada e trimestralmente, para aprovação. VI- PLANILHA DE CUSTOS DE . DESLOCAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS EM REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES - aprova-se a planilha apresentada pela Diretoria, e aumenta a diária de R\$-20,00 para r\$-40,00. Edir faz a contra proposta de r\$-30,00 e quem tiver despesa maior, justifica-se por ofício para complementação pela diretoria. A diária para quem vem de carro permanece em r\$-20,00. Alziro pede neste momento que se inclua como ponto deliberativo a **COMISSÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA** - que ficou pendente da reunião passada. Rose pediu para Irinês ler a justificativa do sr. Orlando Bessa Junior que em, resumo disse que não tinha que se defender, pois está na comissão por indicação dos oficiais presentes ao congresso, pois nem ao menos se candidatou ao cargo e sim que foi indicado, levado à apreciação e aprovado pelo Congresso realizado. A seguir leu-se a resposta da comissão que prestaram apoio incondicional ao colega Orlando Bessa Junior esclarecendo que ao conselho caberia apenas a homologação da comissão, e não para deliberar sobre os nomes eleito e, colocaram, em resumo, seus cargos à disposição do conselho geral de representantes para que possa eleger outros membros se for o caso. Membros da comissão: Vera Lúcia dos Santos, Sonia Verão Teodoro, Celso Cardeal dos Santos e Emerson Luiz Rezende Machado.

Alziro pediu a palavra para a defesa, dizendo em resumo que fez sua parte em questionar o nome do colega, e que a decisão é do conselho. Noestor também fez a defesa dizendo que o colega citado não é a favor da categoria, tendo inclusive sido privilegiado quando o Sr. Luiz Carlos era controlador da central de Mandados, em detrimento de todos os colegas do estado. Edir explica que a apreciação deverá ser levada as demais comarcas, pois o encontro foi feito apenas por comarcas onde existe a controladoria. Maristela propôs que fosse convocada uma reunião dos Oficiais de Justiça para a véspera da próxima reunião do conselho, dia 21.08.04, após esclarecimento via boletim, dos interessados. Elza fez a proposta de que seja feita a reunião no dia 27 de agosto, às 16:00 horas. Aprovou-se a proposta da Elza, e a convocação será feita pela Diretoria Executiva. I - CPMF: Algumas comarcas estão encontrando dificuldades em protocolar os ofícios pedindo parcelamento. Deve-se aguardar a notificação do débito, para, em resposta, protocolar o ofício de pedido de parcelamento. Inocência está tendo problema com o gerente do Banco Bradesco, pois o mesmo que seja uma ordem judicial para fazer a marcação das contas. Edir disse que o problema já está resolvido junto à superintendência do Bradesco em São Paulo. II - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - o vice presidente comprometeu-se que em agosto o tribunal dará uma resposta sobre a extração ou não da carta de sentença. em caso de indeferimento, o advogado entrará com as medidas cabíveis, e conseqüentemente a devolução de quem já efetuou o pagamento ao dr. Jorge. V- JORNADA DE TRABALHO DE (08) HORAS: Edir diz que esta gestão do TJ diz que não implantará as 8 horas, mas que a próxima gestão obrigatoriamente terá que implantar as 8 horas. Edir levará ao TJ que como já trabalhamos, é a melhor forma de agilizar os trabalhos forenses, pois do modo como está o fórum fica aberto consecutivamente por 11 horas. E que quando passamos a trabalhar 06 horas, foi feito um acordo e a categoria abriu não de um reajuste salarial que estávamos pleiteando na época. Que a categoria tem que já se manter mobilizada para lutar contra isso. VII- PARTICIPAÇÃO DO ATHAYDE: visando o seu comprometimento político em assuntos de interesse da categoria. Athayde fez a colocação de que o sindicato tem que se fortalecer politicamente independente de partidos. Que não vem ao caso qual o partido que pertence o político, interessa o compromisso do político com as comarcas lutar sindicais. Não existe político bom, existe servidor organizado. Athayde é candidato a vereador em Campo Grande, com grandes possibilidades de vitória. Que o projeto político para 2006 é de deputado para que possa voltar a dar forças à nossa categoria. Athayde coloca-se à disposição da categoria no que lhe for possível. Athayde pede o apoio da categoria no processo de sua eleição para vereador, para que possa lutar por

RP

Jorge

Elza

Edir

Maristela

Inocência

Alziro

Bense

Luiz Carlos

Luiz Carlos

Maristela

Edir

ATHAYDE  
Releitor

Paulo

Luiz Carlos

Alziro

ATHAYDE  
Releitor

nossos ideais. Clodoir ressalta que independente do assunto político que trouxe o Athayde a esta reunião, que o Athayde sempre esteve, junto à categoria, nas nossas lutas, mesmo após já ter saído do Poder Judiciário, e que ele tem a ética de manter seu discurso em prol das lutas da categoria. Vários delegados fizeram uso da palavra e em resumo ficou bem claro que não estamos fechando acordo com partido X ou Y. que o nosso compromisso será com a pessoa que se dispor a encampar as nossas lutas, não se vinculando a nenhum partido político, seja ele qual for. Athayde diz que temos que deciarar um tempo da nossa vida para organizar a sociedade, para que possamos ter forças para conseguir alcançar nossos direitos e ideais. VIII- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE: - o Tj não vê a possibilidade de revogar a portaria. Edir diz que em casos de urgência e emergência seja a análise feita caso à caso, a falta do funcionário, para comissionados e estatutários. Os celetistas para faltar estão tendo que compensar horário para não ficar com falta. IX- ASSUNTOS GERAIS: INFORME FENAJUD: Maristela passou a informação de que a diretoria da FENAJUD reuniu-se nos últimos dias 12 e 13 de julho, sendo que Ubaldo Barbosa renunciou ao Cargo de Presidente por motivos particulares, e assumiu o cargo de presidente a Vice- Sra. Maria José da Bahia. Vagou o cargo de Coordenador da região Centro Oeste e de vice-presidente o que ai ser preenchido na Plenária a ser realizado em novembro próximo. O registro da Federação já está em vias de fato, só faltando um documento do MS. Para a eleição dos cargos vagos serão levados nomes para o Congresso a realizar-se no mês de novembro, a confirmar. ESTATUTO DA ENTIDADE e pedido da comarca de Maracaju, discutido no item do FIS; ALOJAMENTO; UNISAÚDE (INOCÊNCIA), que reclama dos descontos das consultas de forma acumulada o que inviabiliza o controle e onera o usuário., abrindo a possibilidade (opcional) de se pagar a diferença no momento da consulta, para que não haja desconto em folha. Fica de Edir verificar junto à Unisaúde a possibilidade de maior controle e desconto das consultas no mês subsequente ao uso, ou a opção de pagar no ato da consulta os R\$-15,00. Verificar também sobre a mensagem de os cartões da Unimed devem ser recolhidos o que está causando constrangimento na hora do atendimento médico. ALOJAMENTO: Maristela sugere que os usuários do alojamento tragam sua roupa de cama, ficando estas para uso somente quando tiver reunião do conselho geral. Pede a retirada do armário de roupa de cama, do alojamento feminino. Orientar para que os que chegarem tarde da noite respeitem o sono dos companheiros que já repousam. Edir explica da necessidade de comprar um terreno para fazer estacionamento e mais apartamentos para hospedagem. Clodoir discorda de Maristela no que tange ao material de cama, que tem que ter é mais controle na hora de devolver o

material. Foi discutido também sobre o uso do alojamento por pessoas estranhas ao sindicato. TICKET - será levado à nova discussão a partir de agosto/2004. REFORMA SINDICAL - Edir disse que está sendo feitas reuniões com os demais sindicatos sobre a reforma, para que fiquemos mobilizados sobre o assunto. No dia 03 de outubro será feito um seminário que vai tratar sobre a reforma sindical, com todas as categorias. As próximas reuniões do conselho serão a partir das 8.00 horas da manhã. NADA MAIS. Eu, Maristela Bezerra Inácio, secretária do Conselho Geral de Representantes a lavrei e assino, com os demais participantes desta reunião.

Handwritten notes in blue ink on the left margin, including the name "Maristela" and other illegible scribbles.

Handwritten signature in blue ink at the top right corner.

A collection of approximately 15 handwritten signatures in blue ink, scattered across the lower half of the page. Some signatures are more legible than others, including "Mundo", "Paulo Bem de", and "Carolina".